

FOLHA DE SÃO PAULO \*\*\*

mundo



Nascer do sol visto do campo de refugiados de Rafah, no sul da Faixa de Gaza, em meio a destruições. AFP

## Israel revive crise interna ao iniciar nova fase de guerra na Faixa de Gaza

Veto da Justiça a ponto-chave de controversa reforma judicial deve aprofundar polarização social

Clara Balbi e  
Guilherme Botacini

**RIO DE JANEIRO E BOA VISTA** Em uma decisão sem precedentes, a Suprema Corte de Israel derrubou parte da controversa reforma judicial proposta pelo governo de Benjamin Netanyahu nesta segunda-feira (7) —mensurando que o Exército do país confirmou o início da retirada de suas tropas da Faixa de Gaza, analisando o início de uma nova etapa em sua guerra contra o Hamas.

Alvo de protestos massivos até o início do conflito, a lei vetada pela corte é ele-

pós-doutorado na USP (Universidade de São Paulo), o momento da decisão da Suprema Corte não é fortuito, ocorrendo em um contexto de desgosto da opinião nacional em torno da gestão Netanyahu propiciada inicialmente pela guerra. Afinal, apesar de trauma representado pelo 7 de Outubro, a sensação dos israelenses de que seu país enfrenta uma ameaça existencial diminuiu a medida que a guerra se arrasta e o cotidiano das áreas distantes da faixa é retomado. Soma-se a isso uma insatisfação crescente com o próprio Bibi, como o premiê é chamado, sobretudo no que se refere à maneira como ele gerencia a situação dos reféns — das cerca de 240 pessoas sequestradas pelos terroristas, 147 permanecem em cativeiro, e acredita-se que 15 a 30 possam estar mortas.

Calandrin afirma que o premiê, que não se pronunciou acerca da decisão da corte até a conclusão desta edição, é o maior derrotado pelo veto da Suprema Corte. Ela lembra que o confronto com o poder judiciário tem

uma dimensão pessoal para Netanyahu, alvo de uma série de acusações de corrupção na Justiça. Para muitos, a tentativa dele e de sua coalizão de diminuir o poder dos juizes seria em última instância uma forma de autoproteção, garantindo a manutenção de sua liberdade.

Além disso, "não há clima

para redigir uma nova lei com uma proposta semelhante àquela derrubada e submetida à votação no Parlamento. Daí, diz a professora de relações internacionais, a busca do premiê por manter a guerra contra o Hamas em curso a todo custo. "Ele sabe que, assim que ele acabar, seu governo cai e ele dificilmente con-

seguirá se reeleger".

Calandrin diz acreditar que a decisão anunciada pela Suprema Corte nesta segunda-feira não deve aprofundar a polarização que já contaminava a sociedade israelense. "Netanyahu perdeu muito apoio, mas ele ainda tem uma base de eleitores fiéis". Além disso, ele acrescenta, a guerra é em si um fator de divisão, com parte da população defendendo a ocupação de Gaza por Israel após os enfrentamentos e parte, não.

Porta-voz do Exército israelense, Daniel Hagari afirmou que a saída parcial de Gaza se dá em meio a um impacto cada vez maior na economia do país após quase três meses de mobilização. Tel Aviv já considerava reduzir suas operações e Washington, seu principal aliado, tem pressionado para que a medida seja tomada o mais rápido possível. A previsão do Exército é de que cinco brigadas deixem o território palestino; duas delas devem retornar nesta semana para a vida civil e outras três, para treinamentos. "Os combates continuam, e os serviços deles ainda serão

necessários", afirmou Hagari. As brigadas variam de tamanho, chegando a cerca de 4.000 soldados. Como não há divulgação oficial de quantos indivíduos exatamente foram mobilizados para as ações em Gaza, não está claro o número de combatentes que deixarão o território.

"Espera-se que essa medida alivie significativamente os encargos econômicos e permita que eles acumulem forças para as atividades futuras no próximo ano", disse o Exército. Inicialmente, Israel convocou 130 mil reservistas para o conflito, o que corresponde a cerca de 12% a 15% de sua força de trabalho.

Desde a declaração de guerra ao grupo terrorista, autoridades israelenses afirmavam que o conflito teria três etapas principais. A primeira equívoca ao intenso bombardeio dos primeiros dias de enfrentamento, no início de outubro, com objetivo de limpar rotas de acesso para o Exército e forçar a retirada de civis do norte de Gaza. A segunda fase foi iniciada com a invasão terrestre no final daquele mês.

Com grande parte da Faixa de Gaza sob controle, as forças avançam para a terceira etapa, disse à Reuters autoridade militar que não pode ser nomeada devido à sensibilidade da questão. Ele acrescentou que algumas das tropas retiradas de Gaza estarão preparadas para ser enviadas para a fronteira norte com o Líbano, onde o Hezbollah tem trocado disparos e foguetes com Israel.

A eclosão do conflito havia arrefecido os protestos contra a reforma judicial proposta pelo governo Netanyahu, vista por críticos como um ataque à democracia israelense.

Um dos pontos centrais e mais controversos da reforma foi justamente o dispositivo derrubado nesta segunda-feira pelo Supremo. A regra invalidada pelo tribunal pretendia remover uma ferramenta da corte para anular decisões do governo e dos ministros que fossem consideradas "irrazoáveis".

Em um resumo de sua decisão desta segunda-feira, o tribunal afirmou que a maioria dos juizes votou para derrubar a lei porque ela prejudicaria severamente a democracia do país — do total de 15 magistrados foram contra o veto, disse o Ministério da Justiça de Israel em um comunicado.

Israel não tem uma Constituição escrita, e como os governos sempre têm maior influência no Parlamento, Executivo e Legislativo tendem a atuar em sincronia em vez de funcionarem como contrapesos. Críticos da mudança defendem que a extinção dessa figura jurídica dá margem a excessos do Legislativo. Isso preocupa não só a oposição como parte da sociedade civil israelense, dada a natureza ultranacionalista e religiosa da coalizão hoje no poder.

## Calendários eleitoral e criminal de Trump se embolam em 2024

Fernanda Perin

**WASHINGTON** Candidatar-se à Presidência implica uma agenda agitada em qualquer lugar do mundo. Fazer isso em um sistema com eleições primárias, em um país dividido em 50 estados, sendo alvo de quatro processos criminais e outros dois civis simultâneos na Justiça é o que Donald Trump vai tentar provar ser possível fazer neste ano.

Sua equipe parece não ter nenhuma dúvida sobre os próximos meses: "pesadelo" foi a palavra usada para uma assessoria de imprensa no sábado (30) para descrever o calendário de 2024.

Item: apesar de Trump dizer que equilibrar quatro datas fundamentais na Justiça com o início das primárias republicanas, processo por meio

do qual o partido define seu candidato em cada estado.

Alargada eleitoral acontece em Iowa, no dia 15. Logo no dia seguinte, começa o julgamento do empresário em Nova York no processo de difamação movido pela jornalista E. Jean Carroll — no qual Trump já foi considerado culpado, pendendo a definição do valor da indenização.

O clima da confusão, no entanto, é março. O mês concentra boa parte das primárias, com a chamada Super Terça marcada para o dia 3, e marca o início de dois julgamentos criminais: um em Washington, no dia 4, no qual Trump é acusado de conspirar contra a EUA para reverter a derrota na eleição de 2020, e outro em Nova York, no dia 15, por supostos pagamentos irregu-

lares à atriz pornô Stormy Daniels na campanha de 2016.

A equipe jurídica do ex-presidente — que tem consumo da parte significativa da sua arrecadação de campanha — adotou a estratégia de tentar protelar ao máximo os processos, idealmente para depois da eleição geral, marcada para 5 de novembro. Por isso, é provável que as datas previstas para início dos julgamentos mudem.

O processo que trata da suposta tentativa de permanecer no poder, por exemplo, não pode começar enquanto não for decidido se a imunidade presidencial impede que Trump seja imputado de crimes que teria cometido quando estava no cargo, como alega sua defesa. O caso está no momento nas mãos de uma Corte de Recursos Fe-

deral, e tudo indica que deve chegar à Suprema Corte.

Um terceiro julgamento, referente aos documentos confidenciais que o ex-presidente teria ilegalmente levado consigo para seu resort em Mar-a-Lago, na Flórida, está mar-

### As principais datas

**4.mar** Julgamento por tentativa de reverter derrota nas urnas tem início

**5.mar** Super Terça

**15.mar** Julgamento por caso de pagamentos a atriz começa

**20.mai** Julgamento por documentos secretos começa

**15.a18** Convenção republicana define candidato

**15.nov** Eleições presidenciais

chado para começar em 20 de maio. Um quarto, por suposto interferência na eleição da Geórgia, não tem data definida — é a promotoria pediu que ocorra em 5 de agosto, mas ainda não houve resposta do juiz encarregado. Para a campanha de Trump, esse é o mais preocupante: agosto é quando começa oficialmente a corrida contra Joe Biden.

A esse cronograma já cáctico se soma a decisão da Suprema Corte do Colorado na semana passada, que determinou que Trump não pode participar das primárias do estado por ter sido "votado" a 14ª Emenda da Constituição Federal, que impede de ocupar cargos públicos aqueles que tenham cometido insurreição.

Na última quinta (28), a secretária de estado do Maine barrou o empresário das primárias locais sob justificativa semelhante.

A defesa de Trump já disse que vai recorrer das duas decisões. O caso do Maine deve ir primeiro à Suprema Corte estadual, enquanto o do Colorado, à Suprema Corte dos EUA — o prazo para o recurso ser protocolado é 4 de janeiro. Não há perspectiva de quando os juizes decidirão a questão, que deve impactar dezenas de ações semelhantes abertas em diversos estados.

Uma eventual confirmação da inelegibilidade do ex-presidente pela instância máxima da Justiça americana mudaria o rumo de toda a eleição. Trump lidera com folga as primárias republicanas e aparece ora empatado, ora à frente de Biden nas pesquisas de intenção de voto conduzidas até agora.